

EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – EMGETIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **Exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 E 2022**

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação – EMGETIS tem por objetivo a promoção, execução e gestão da Política Estadual de Tecnologia e Comunicação, no âmbito da Administração Pública Estadual, definida e determinada pelo Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e de Comunicação de Sergipe – CONTEIC, de que trata a Lei nº 5.281, de 29 de janeiro de 2004, ficando estabelecido que as atividades da Empresa compreendem imperativo de segurança administrativa e funcional.

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com valores extraídos pelo sistema I-Gesp (Gestão Pública Integrada), da SEFAZ, conforme a Lei 6.404/76, alteradas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/2009; incluindo as normas de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações estão definidas a seguir. Essas práticas vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição contrário.

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de apresentar a posição financeira e patrimonial da Empresa, representado, portanto, uma posição estática. De acordo com artigo 178 da Lei nº 6.404/76, no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da Empresa. Para o Ativo, as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e, para o Passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

A demonstração do Resultado do Exercício (DRE), apresenta, de forma resumida, as operações realizadas pela EMGETIS, durante o período de janeiro a dezembro de 2023, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas.

Foi elaborada de acordo com artigo 187 da Lei das sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº s 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, e, ainda, de acordo com a NBC TG a NBC TG 26(R5) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com os valores fornecidos pelos Gestores do Sistema I-Gesp (Gestão Pública Integrada) da SEFAZ/SE, de acordo com o Art.2º do Decreto nº 28.830 de outubro de 2012, e consoante as seguintes diretrizes contábeis:

- a) **Regime de Escrituração** - A Empresa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, e despesas quando ganhas ou incorridos, independentemente de seu efetivo fato financeiro de recebimento ou pagamento.

- b) **Caixa e equivalentes de caixa** – estão avaliados aos valores de numerários em espécie (caixa, banco conta- corrente) e atualizados para a data do balanço em moeda nacional corrente.
- c) **Créditos e Valores a Curto Prazo** – representados por saldos de contas dos adiantamentos concedidos, tributos a recuperar/compensar, depósitos restituíveis e outros créditos a receber;
- d) **Estoques** - registrados ao preço de aquisição, deduzido dos impostos compensáveis quando incidentes, e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável;
- e) **Imobilizados** – é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, sendo suas depreciações calculadas pelo método linear de acordo com vida útil-econômica estimada dos bens;
- f) **Intangível** - trata-se de marcas, direitos e patentes industriais, sendo suas amortizações calculadas mediante uso ou contratos destes intangíveis;
- g) **Apuração do Resultado** – As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência;
- h) **Demais Ativos Circulantes e não Circulantes** – demonstrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias, deduzidos das provisões para perdas e ajustes ao valor de mercado;**Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes** – estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos, quando aplicáveis ,os encargos incorridos;
- i) **Contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
 - ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, complexidades e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - ✓ **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.
- j) **Outras informações:** As demonstrações financeiras apresentadas para a Prestação de Contas Anual de 2023 foram elaboradas de acordo com os valores fornecidos pelo Sistema Integrado de Gestão Pública I-GESP, da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe – SEFAZ/SE, atendendo às recomendações da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, através da Instrução Normativa nº 001/SETC/2021, de 09/02/2021.

4- Caixa e equivalentes de Caixa

Representado pelos saldos existentes em contas-correntes bancárias. O saldo em 2023 de R\$ 1.400,89 (R\$ 10.433,00, em 2022).

5- Estoque

O saldo de estoque findo em 31/12/2023 é composto por itens de consumo controlados ao custo médio de aquisição:

	Saldo em mil R\$	
Descrição	2023	2022
Estoque	14.686,66	11.692,00
Material de Consumo	4.659,17	3.237,26
Gêneros Alimentícios	1.889,94	2.435,61
Material de Expediente	8.137,55	6.019,13

6- INVESTIMENTOS

Estão representados no Balanço Patrimonial os valores extraídos pelo sistema I-Gesp da SEFAZ na conta Participação Societária o valor de R\$ 2.524,24, decorrente de ações da Energisa: R\$1,00 e Telemar: R\$2.523,24

7- IMOBILIZADO

Registrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, com percentuais de depreciação aplicados consoante as normas fiscais vigentes e por meio do método linear.

	Taxa de Depreciação	2023	2022
TERRENO		363.805,41	363.805,41
TERRENOS /GLEBAS	4	1.088.895,39	1.088.895,39
BENS IMOVEIS DE USO	10	176.709,60	176.709,60
MOVEIS E UTENSÍLIOS	10	208.767,76	181.479,64
OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS ,EQUIPAMENTOS	10	1.077.977,85	1.077.977,85
BENS INFORMÁTICA	20	3.610.172,71	3.610.172,71
MATERIAIS CULTURAIS	10	766,60	766,60
		6.527.095,32	6.499.807,20
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		(5.788.793,18)	(5.711.565,13)
		738.302,14	788.242,07

8- INTANGÍVEL

Não foi registrada nenhuma entrada de bens intangível com a dedução de amortização, conforme Balancete Contábil emitido pelo I-Gesp da SEFAZ.

	Taxa de Amortização	2023	2022
CONCESSÃO DIREITOS DE USO		1.056.901,75	1.056.901,75
CONCESSÃO DE DIREITO USO		12.317,45	12.317,75
		1.069.219,20	1.069.219,20
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		(1.069.219,20)	(1.069.219,20)
		0,00	0,00

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Representa as obrigações com pessoal e seus encargos trabalhista e previdenciários findo em 31/12/2023.

São provenientes de Férias (R\$ 319.126,51), Licença Especial, que continua sem movimentação apresentando saldo do exercício 2014 (conta provisões para contingências (R\$ 2.105.556,70) e encargos sociais sobre 13º Salário, Férias e Licença Especial (INSS R\$ 1.299.858,11 e FGTS R\$ 397.439,42).

10- PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

Provem de parcelamento conforme REFIS – parcelamento especial, cujo montante no sistema I-Gesp apresenta o valor de R\$ 55.143,54 conforme Balancete Contábil emitido pelo I-Gesp da SEFAZ.

11- PROVISÕES PARA AÇÕES CÍVEIS, TRABALHISTAS

Está provisionada a contingência representada pela ação judicial com chance de perda pela EMGETIS, apresentada a seguir:

Ação Trabalhista: R\$ 40.000,00

12- CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Empresa, no montante de R\$ 8.775.120,96 está integralizado e pertence ao Governo do Estado de Sergipe.

13- RESULTADO DO EXERCÍCIO

A DRE – Demonstração de Resultado, retirada pelo sistema I-Gesp da Sefaz, apresentou um Lucro de R\$ 651.065,87. O lucro apresentado refere-se ao repasse de recursos efetuado pelo Estado para pagamento de despesas contabilizadas no exercício de 2022 pagas no exercício de 2023.

13.1 - O lucro apresentado no anexo XXIII, não foi distribuído em virtude de se tratar de um repasse de recursos pelo Estado, uma vez que a empresa não possui receita própria.

13.2 - No anexo XXIV, não houve destinação do lucro em virtude de se tratar de repasse de recursos efetuado pelo Estado, uma vez que a empresa não possui receita própria.

14- AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIORES

No curso do ano-calendário de 2023 a Empresa reconheceu na escrituração contábil ajustes de exercícios anteriores decorrentes de fatos contábeis ocorridos no exercício de 2022 e não reconhecidos nas datas oportunas.

Natureza do ajuste: Fornecedores do mês 12/2022 no valor de R\$ 198.388,60.

15- CONTINGÊNCIAS

Detalhe para prestação de Contas CGE

Os registros contábeis e as operações da Empresa estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante os prazos prescricionais variáveis, consoantes a legislação específica aplicável a cada espécie de tributos, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

Ressaltamos que a responsabilidade do profissional contabilista, fica restrita apenas aos dados que operou com elementos fornecidos pelos gestores da SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, através do sistema I- GESP(Gestão Pública Integrada), conforme preceitua a Lei 6.404/76.